

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e Evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 2000.

Manolo Florentino

Professor do Departamento de História da UFRJ

Maria Luiza Marcílio dispensa apresentações. O seu *Crescimento demográfico e Evolução agrária paulista. 1700-1836* (HUCITEC-EDUSP, 2000) alia, como pouquíssimos trabalhos, a rara solidez metodológica a uma criatividade a toda prova. Trata-se, quase sem modificações, de uma tese de livre-docência apresentada na Universidade de São Paulo, em 1974, que por uma dessas ironias do destino por décadas ficou restrita aos especialistas – por isso o historiador norte-americano Stuart Schwartz o chama de “clássico secreto” no belo prefácio que abre a obra.

De minha parte, reafirmo serem diversos os méritos do trabalho desta pioneira da demografia histórica no Brasil. Afinal, trata-se de obra multifacética, na qual se adentra por inúmeros caminhos, da demografia *stricto sensu* à história agrária, passando pelo perfil sócio-cultural do caipira. Prefiro, entretanto, ressaltar que *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista* definitivamente enterra a tradicional visão segundo a qual a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades voltadas para a exportação, com a atrofia absoluta dos setores mercantilizados ligados ao abastecimento.

Não seria difícil encontrar em diversos clássicos a idéia de que a agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das *plantations* ou giraram ao redor delas, havendo mesmo quem afirme estarem elas fundadas na “economia

natural”. Em suma, com exceção das poucas áreas mais urbanizadas, a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso.

O certo, porém, é que alimentos como a mandioca e o milho, o feijão, o charque e a carne de porco eram produzidos pela própria colônia. Até aí tudo bem, pois são muitos os que afirmam serem gêneros desta espécie produzidos na *plantation* – em roças da empresa ou em parcelas concedidas aos cativos. Mas sabe-se hoje em dia que as zonas mais envolvidas com a agro-exportação eram as que menos produziam por regiões não exportadoras. Para a Bahia, por exemplo, Schwartz mostrou que a recusa dos senhores de engenhos em cultivar alimentos deu margem ao desenvolvimento de imensas áreas do Recôncavo ligadas à agricultura mercantil desses gêneros, cujo mercado era formado pelos engenhos e pela cidade de Salvador. Os registros de tropas, por sua vez, mostram que entre fins do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, São Paulo e Minas Gerais (além de áreas interioranas do próprio agro fluminense) proviam o grosso do abastecimento terrestre do Rio de Janeiro: de São Paulo chegava gado em pé e mulas; de Minas e do meio rural fluminense, porcadadas, carneiradas, toucinho, gado em pé e algodão bruto.

230

Mais ainda: a comparação dos valores dos gêneros para o abastecimento como os do açúcar (branco e mascavo) indica o peso dos setores não diretamente envolvidos com o mercado europeu. De 1799 a 1805, trigo, farinha, charque e aguardente chegaram a representar dois-terços do valor do açúcar fluminense. A partir de 1806 (até 1822), a soma dos valores desses gêneros sempre foi superior ao do produto rei. Entre 1799 e 1822, a soma dos volumes desses quatro gêneros era sempre maior do que o volume de açúcar – em alguns anos representava o dobro. O volume de charque, por exemplo, era quase sempre superior ao de açúcar desde 1806.

Ora, muitos dos produtos vinculados ao abastecimento não se baseavam apenas na utilização do trabalho escravo, e os dados demográficos dessa época demonstraram que a sociedade colonial não se resumia em grandes senhores e cativos. É aqui que entra *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista*. Nele se demonstra que São Paulo era uma área estável, cujos vínculos com o abastecimento perpassavam diferentes conjunturas.

A Capitania paulista fazia parte da ampla rede de abastecimento do sudeste colonial. Entre os séculos XVIII e XIX a sua lavoura canavieira de exportação estava em crescimento, sem que, contudo, se possa caracterizar São Paulo apenas como uma área voltada para a agro-exportação—ao redor de $\frac{1}{4}$ das consignações dos produtos paulistas em naus atracadas no porto carioca eram formadas por alimentos como farinha, feijão e outros. Acrescente-se, além disso, o intenso comércio de mulas e bois entre a capitania e a praça do Rio de Janeiro.

As listas nominativas paulistas indicam que, em 1798, 2,5% dos chefes de domicílio declaravam-se senhores de engenhos e/ou engenhocas; 8% eram criadores ou criadores-lavradores; e 58% eram apenas lavradores. Trinta anos depois, um novo recenseamento mostrava que estas categorias ainda se distribuíam de maneira semelhante. Note-se a vitalidade dos segmentos não exportadores da capitania, sobretudo daqueles agentes econômicos ligados à pecuária. Observe-se também, ainda de acordo às listas nominativas de 1804, que a categoria lavradores incluía tanto aqueles ligados à agro-exportação quanto os que se dedicavam à agricultura de alimentos, cabendo a estes últimos o amplo predomínio. São Paulo é um bom exemplo da estabilidade temporal dos segmentos mercantis ligados ao abastecimento.

Ao contrário do que era, até pouco tempo, assumido pela historiografia, tem sido refutada a idéia de uma crise geral ulterior à decadência da mineração. O panorama que vem emergindo aponta no sentido da pujança econômica, devida em parte ao crescimento das atividades de abastecimento para suprir as próprias *plantations* e a Corte. Tal pujança pode ser medida por outro dado: entre 1765 e 1808, a população paulista aumentou em quase 150%, com queda da taxa de mortalidade sem correspondência de um decréscimo da fecundidade.

A estrutura da posse de escravos paulistas era muito semelhante à detectada para Minas Gerais, por exemplo: entre 1798 e 1828, cerca de $\frac{3}{4}$ dos domicílios não possuíam escravos. Mesmo considerando que o grau de vinculação desses domicílios ao mercado pudesse variar, estamos sem dúvida frente a uma ampla massa camponesa ligada ao setor mercantil de abastecimento. Além disso, se em 1798 os fogos com menos de quatro escravos era majoritários, resultados semelhantes podem ser

encontrados para 1804. Estes dados remetem a uma paisagem onde o camponês adquire peso expressivo.

Complementando o quadro, havia as áreas pecuaristas do Sul da Capitania, que englobavam 20% da população total na virada do século XVIII. Nelas as fazendas de criação apresentavam uma pequena incidência de escravos.

Creio poder agora alertar para um dos vários méritos do trabalho de Maria Luiza Marcílio: integrar a Capitania paulista no imenso mosaico de formas de produção do Sudeste brasileiro, no século XVIII e, sobretudo, nas primeiras décadas do Oitocentos. Por certo, o conteúdo deste mosaico seria constituído pelos processos de reprodução de diversas estruturas produtivas, os quais teriam por eixo a reiteração da agro-exportação fundada no trabalho escravo. Tal afirmação deve ser, entretanto, matizada pois o mercado interno formado por diferentes tipos de produção redefiniria o próprio funcionamento da *plantation*. Afinal, a recorrência temporal desta última dependeria de recursos endógenos à formação colonial. Em suma, a reprodução da *plantation* dar-se-ia, ao menos apoiando-se em formas coloniais não capitalistas, como a paulista – o que, além de reduzir os seus custos operacionais, lhe daria não uma ampla margem de autonomia frente às flutuações dos preços no mercado externo.

No mínimo, por oferecer sólidas bases para esse tipo de discussão, o trabalho de Maria Luiza Marcílio é bem vindo. No fundamental, entretanto, de agora em diante não somente os especialistas se verão impossibilitados de pensar a história de São Paulo e do próprio Sudeste colonial sem referências explícitas a *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista*.